

AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E A ATUALIDADE DO MARXISMO

JOURNEYS OF JUNE 2013 AND THE CURRENT STATE OF MARXISM

Daniel Araújo Valença¹

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

<https://orcid.org/0000-0002-0662-7045>

RESUMO

Os atos de junho sacudiram o país e provocaram inúmeras análises. As situadas no campo liberal, conservador e pós-moderno se tocaram ao apontar o fim das formas organizativas e mobilizadoras do século XX. De outro lado, a partir de referenciais críticos, foram levantadas questões atinentes ao direito à cidade, à precarização do proletariado, entre outras. Ambas as perspectivas, todavia, pecam por tratar as Jornadas de Junho como continuidade, desconsiderando as rupturas ocorridas durante o processo. São elas que possibilitam, no entanto, apreender o porquê dos atos bem como da ressignificação destes. Entre os dias treze e vinte de junho de 2013, houve uma intensa luta pelo sentido dos atos, compreensível quando recorremos às categorias “ideologia” e “hegemonia”. Estas, o marxismo e a organização política, ao contrário do aventado, permanecem atuais e necessárias para a compreensão e a condução da luta política.

Palavras-chave: Junho de 2013; movimentos sociais; Marxismo; ideologia; hegemonia.

ABSTRACT

The acts of June 2013 brought shock to the country and provoked countless analyses. Some of those analyses were located in the liberal, conservative and post-modern field when it comes together to pointing the end of organizational and mobilizing shapes from 20th century. On the other hand, from critical references, questions were raised regarding the right to the city, the precariousness of the proletariat, among others. Both perspectives, however, fail to treat the June 2013 Journeys as a continuity, disregarding the ruptures that occurred during the process.

¹ Professor da graduação e do mestrado em Direito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenador do Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo e América Latina (GEDIC).

However, these ruptures are what make it possible to apprehend the reasons for the acts as well as their re-signification. Between June 13th and June 20th of 2013, there was an intense fight for acknowledgment of the meaning of the acts that occurred that year, understandable when we appeal to the categories “ideology” and “hegemony”. Therefore, Marxism and political organization, contrary to what has been suggested, remain current and necessary for the understanding and conduct of the political fight.

Keywords: June 2013; social movements; Marxism; ideology; hegemony.

INTRODUÇÃO

O mês de junho de 2013 levou o Brasil a um clima político completamente distinto do que vivenciara nas décadas passadas. Era algo como a suspensão da vida cotidiana: esta, “aquela vida dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias” (NETTO; CARVALHO, 2000, p. 23), virou de pernas para o ar; transformou-se em momentos, vivências, explosões, reivindicações, imprevisibilidades.

Conhecidos como Jornadas de Junho, os atos de rua que tomaram o país, das capitais ao interior, deixaram os intelectuais, os partidos políticos, as esquerdas e os setores da direita perplexos. Atônitos, buscando explicá-los, os meios de comunicação, os intelectuais, os jornalistas, os expoentes de setores progressistas e os conservadores, e atribuíam-lhes a questões diversas: seriam aqueles, frutos de uma década de inserção de milhões de brasileiros no mercado de consumo e a sua busca por novos direitos; da explosão popular frente ao marasmo ao qual o governo “condicionou” a população e os movimentos sociais nesse período recente; da Internet, do Facebook e das novas formas de mobilização social, seguindo a história já transcorrida em outros países; seriam frutos da exigência popular pelo direito à cidade, entre outras possibilidades de explicação.

Setores conservadores apontaram o fim da legitimidade dos partidos políticos, das organizações de esquerda e da militância tradicional. Para estes, o último quarto do século XX revelou a impossibilidade histórica do socialismo, a perda do poder mobilizador dos sindicatos e dos partidos de esquerda, da ação política enquanto classe e, conseqüentemente, da luta de classes. Tais elementos se confirmariam, portanto, ao longo do mês de junho. No espectro da esquerda, do governismo ao esquerdismo, inúmeras também foram as análises que, por se aterem às especificidades e negligenciarem a totalidade, tornaram secundário o que era central e vice e versa.

O presente artigo, portanto, debruça-se sobre esse objeto: as Jornadas de Junho e as interpretações delas, a partir de elementos da teoria marxista. A compreensão da insuficiência das análises postas até aqui – seja por ausência de uma perspectiva totalizante, seja por generalizações que omitem elementos fundamentais – é que mobilizam este trabalho. Por objetivo, tem-se a tentativa de desvelar as motivações e os episódios da maior explosão popular vivenciada em

nosso país, especialmente durante o período compreendido entre 13 e 20 de junho, momento de ascensão e de maior mobilização social.

Ao contrário do dito e repetido com vigorosa persistência, incorporado até por intelectuais e organizações de esquerda, as categorias de análise em perspectiva totalizante continuam, mais do que nunca, atuais: o marxismo e o seu método, a despeito da opinião de determinados setores, revelam-se como ponto central para a compreensão de tais processos. Quanto aos partidos, às entidades e aos movimentos sociais, apesar da recorrente afirmação de sua falência, uma análise detalhada e aprofundada do mês de junho apenas confirma a sua atualidade ou, mais do que isso, a sua necessidade histórica.

1. DAS DIVERSAS PROBLEMATIZAÇÕES E DISPUTA DE SENTIDOS

O mês em que ocorreu uma das maiores mobilizações da história nacional não poderia passar sem inúmeras frentes de explicação. Cada uma abordou, em maior ou menor grau, elementos constitutivos daquele processo. Tais explicações, de maneira dialética, pela rapidez dos fatos e pela dificuldade de visualizá-los de maneira consolidada, tanto eram surpreendidas por aqueles quanto, também, disputavam entre si e com os próprios fatos o significado deles. Não se pretende, aqui, esgotá-las, mas, apenas, expor algumas das análises mais recorrentes ou consistentes, bem como os seus limites e as suas insuficiências, para, então, ressignificar o sentido das Jornadas de Junho.

1.1. DA CORRUPÇÃO DO SENTIDO

Na grande mídia empresarial, tomaram corpo duas tendências de explicação das Jornadas de Junho. A primeira delas fundava-se na aversão a partidos políticos e a organizações políticas ocorrida durante os protestos, especialmente a partir do momento em que esses movimentos tomaram maiores dimensões. Os atos refletiriam o que está por vir no século XXI e já ocorrera em outras partes do mundo: as redes sociais se tornariam as grandes mobilizadoras de pessoas, superando as antigas ideologias, as utopias e as organizações de esquerda. O fim da centralidade da luta de classes a partir dos novos padrões de produção capitalista, das grandes teorias e das visões totalizantes, a rapidez e a pluralidade de problemas do dia a dia, fariam despertar uma mobilização não vinculada a grandes mudanças estruturais e a organizações e entidades, mas, sim, a questões pontuais, autônomas, de busca pelo bem comum e pela resolução dos inúmeros problemas que atingem a todos os cidadãos que convivem no espaço urbano.

A segunda, frequentemente acoplada à primeira, refere-se aos atos serem a prova de que, apesar das comemorações de progresso e de bons índices do Governo Federal e da sua base aliada, a população estaria iludida com pequenos benefícios, “assistencialismos” e “medidas paliativas”; todavia, como alertaram ao longo destes anos, a “corrupção”, a “ineficiência e o inchaço do

governo”, mais cedo ou mais tarde, se tornariam visíveis à maioria da população. Isso explica o porquê de os atos terem voltado às suas artilharias contra o Governo Federal, o ex-presidente Lula, a ex-presidenta Dilma, contra o Partido dos Trabalhadores e os seus aliados, bem como a queda livre da popularidade da presidenta.

Ambas, no que pesem as suas diferenças, partem de referenciais pós-modernos, liberais ou mesmo conservadores, para buscar explicar aquele longo mês. Sustentam-se, todavia, apenas se, propositalmente, se incorrer em várias lacunas e omissões. Em verdade, representam a corrupção do significado dos atos, ao inverterem, pelo não dito e rigorosa seleção do dito, o seu conteúdo, como se verá adiante.

De outro lado, há análises em perspectivas críticas que trazem importantes elementos para a compreensão do problema, porém, ainda assim, revelam insuficiências ao não se debruçarem de maneira totalizante sobre as Jornadas, bem como por não desnudarem as diversas nuances daquele processo, marcado por mudanças rápidas e bruscas de conjuntura. Sobre elas, passa-se a refletir.

1.2. DAS PERSPECTIVAS CRÍTICAS

Em *Cidades Rebeldes: passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (MARICATO *et al.*, 2013), reúnem-se reflexões de vários intelectuais sobre o mês de junho. Entre outros elementos, estes debruçam-se sobre o porquê dos atos: o que levou a que acontecessem agora e não em outro momento? Por qual razão se estenderam por todo o país, inclusive pelo interior? O que explicaria a participação massiva de pessoas que nunca participaram nem de um grêmio estudantil ou sindicato?

Para Maricato (2013, p. 19),

[...] é impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos, da condição das cidades. Essa mesma cidade que é ignorada por uma esquerda que não consegue ver ali a luta de classes e por uma direita que aposta tudo na especulação imobiliária e no assalto ao orçamento público.

Para Vainer (2013, p. 36), as razões encontram-se na brutalidade dos detentores do poder e no persistente trabalho de entidades e de movimentos sociais:

Em termos imediatos e conjunturais, a resposta provavelmente está na arrogância e na brutalidade dos detentores do poder. Seu autismo social e político, sua incapacidade de perceber a velha toupeira que trabalhava no subsolo do tecido social, promoveu, em poucos dias, aquilo que militantes, organizações populares e setores do movimento social urbano vinham tentando há algum tempo: unificar descontentamentos, lutas, reivindicações, anseios. Não é a primeira vez que isso acontece na história. Aconteceu agora entre nós.

Viana, por outro lado, confronta-se com a versão corrente na mídia empresarial e resgata a importância da organização: “ao contrário do que se tem afirmado, o abalo não ocorreu devido

à quantidade de adesões que se seguiram à quinta-feira esfumaçada, e sim graças à qualidade do movimento que as convocou” (VIANA, 2013, p. 57).

Para Braga (2013, p. 81-82),

A questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais é chave para interpretarmos a maior revolta popular da história brasileira. Desde os anos 1950, o proletariado precarizado mobiliza-se pela ampliação dos direitos de cidadania. O PT e a CUT descendem diretamente da habilidade do proletariado precarizado brasileiro de transitar muito rápido da aparente acomodação política à intensa reivindicação por direitos.

O proletariado precarizado, portanto, não estaria satisfeito nem com as políticas compensatórias do Governo, nem com as ações voltadas aos mais ricos: ele não seria afetado pelas mesmas e estaria, pois, explodindo suas insatisfações.

Apesar da consistência dos argumentos supracitados para a compreensão das Jornadas de Junho, tais elementos revelam os seus limites, ao não desvelarem o porquê de os atos terem explodido após o dia 13 de junho e contribuem para ofuscar que houve uma mudança da plataforma política ao longo das Jornadas. Isso porque eles se encaixam numa perspectiva de continuidade, ou seja, desconsideram ou retiram a centralidade das rupturas ocorridas neste processo político. Sob a mesma perspectiva da continuidade, lideranças políticas do movimento em São Paulo analisaram as Jornadas em entrevista à Revista Caros Amigos. Para Oliveira, do Movimento Passe Livre,

Existia uma demanda reprimida não só pela questão do transporte, mas por estar nas ruas mesmo. Por que as pessoas resolveram sair às ruas agora e não antes? Acho que tem algumas explicações, uma é a própria manifestação do Passe Livre, que já faz luta na cidade há muitos anos, desde 2005. Outra vem da própria demanda por transporte coletivo, acho que em 2013 foi dado um ‘chega’ a uma situação que se arrasta por décadas. É resultado de uma opressão cotidiana que as pessoas vivem pela tarifa e pelas condições do transporte (OLIVEIRA, 2013, p. 32).

Para Carvalho, do Juntos,

Primeiro porque a situação do transporte em São Paulo chegou a estágio de insustentabilidade brutal. Todo mundo que pega ônibus ou metrô vê a situação, o que gera indignação popular muito grande. E havia um elemento diferente, pois o aumento das passagens já estava anunciado para o meio do ano. Então a gente sabia que tinha tempo de organizar, conversar nas escolas, nas universidades, nos locais de moradia, de trabalho, nos bairros. Fora isso, havia a avaliação de que as situações nacional e mundial também estavam mais favoráveis. Em 2012 tinham ocorrido lutas como, por exemplo, a dos bombeiros, a Marcha da Liberdade, as Marchas das Vadias, os atos contra Feliciano...já havia uma retomada da cultura de rua. As eleições também demonstraram que havia uma insatisfação generalizada com os transportes e, ao mesmo tempo, a situação mundial estava mudando. Existiam mobilizações em vários países, como a Primavera Árabe, a ocupação das praças na Europa e o caso da Turquia, que foi bastante explosivo. Então, esse caldo de coisas, além do aprofundamento da crise econômica, permitia que a luta chegasse a muito mais gente (CARVALHO, 2013, p. 33).

Para Moreira, da Anel,

Acho que o principal elemento desde o princípio dessa mobilização foi a combinação entre a situação de completo **abandono dos serviços públicos** com a **preparação do País para um evento do porte da Copa do Mundo**. A contradição entre os estádios suntuosos e a qualidade dos serviços públicos de saúde, transporte e educação. Isso se transformou num catalisador do processo de mobilização, que **acompanha também o processo internacional** e a **dinâmica que vinha acontecendo em nosso país** (MOREIRA, 2013, p. 33, grifo nosso).

Tanto os intelectuais do campo da esquerda quanto as lideranças do movimento em São Paulo levantaram elementos importantes para a compreensão das Jornadas. Todavia, por adotarem uma perspectiva linear do processo, as razões dos atos por eles elencadas acabam por apontar para respostas distintas – questão urbana; situação do proletariado precarizado, dinâmica internacional, abandono de serviços públicos, entre outros. Esta última, por sinal, dialoga com a corrupção do sentido dos atos, apontada na seção anterior. Tais respostas revelam-se, em verdade, incompletas, como se verá a seguir.

Buscar-se-á, pois, para além das questões trazidas ao debate até agora, ancorar a presente discussão em duas categorias que compreendemos fundamentais para dissecar esse processo político: a hegemonia e a ideologia. Estas têm sido ignoradas inclusive nas análises de autores marxistas,² o que tem levado a esquemas explicativos rígidos e, por vezes, deslocados da realidade, ofuscando-se uma compreensão apurada das Jornadas de Junho.

2. A IDEOLOGIA E A HEGEMONIA: CATEGORIAS CENTRAIS PARA A COMPREENSÃO DOS ATOS DE JUNHO

O teórico e militante político italiano Antonio Gramsci formulou o conceito de hegemonia ao se debruçar sobre a nova realidade que pairava em torno do Estado moderno. Para tanto, ele problematizaria a distinção entre sociedade civil e sociedade política, sendo aquela o

[...] conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade. Gramsci opõe a ela a sociedade política (o Estado, no sentido estrito do termo), da qual ela constitui a ‘base’, o ‘conteúdo ético’ (PORTELLI, 1977, p. 22).

Se o Estado no século XIX revelava-se fundado na coercitividade da sociedade política, vinculada a sociedades civis gelatinosas (o que perdurara na Rússia ainda no século XX, na análise desse autor), Gramsci percebe que nos Estados ocidentais já começara a se constituir uma sociedade civil consolidada, em que as pessoas não viviam em função da coercitividade estatal, mas da assimilação dos valores dominantes. Nesse sentido, Sader (2005, p. 8) sintetiza o conteúdo do conceito de hegemonia:

² Ressalte-se Marilena Chauí, como exceção, em entrevista à Revista Caros Amigos. Todavia, ela não aprofunda como se deu o discurso ideológico da mídia empresarial.

combina a força e o convencimento, com peso maior de cada um desses aspectos do poder existente. Quando as classes dominantes passam a se apoiar, em grande medida, na capacidade de difundir sua ideologia e fazer com que ela seja assumida pelas próprias classes dominadas e exploradas – ou por uma parte delas –, consegue impor sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, o que dá uma base mais sólida ao seu poder. A esse movimento de cooptação dos dominados pelos dominadores Gramsci chama de ‘revolução passiva’, um processo pelo qual se muda a forma da dominação, mas se mantém sua substância.

Partindo da apropriação do conceito de hegemonia, é sabido que, desde a década de 1990, construiu-se um consenso no país de que a esfera pública se resume à participação em eleições periódicas e à opinião publicada.

Assim, atos de rua eram vistos pela maioria da população como ações que causavam danos à população, ao direito de ir e vir; impediam a criança de ser clinicada; o jovem de chegar à escola; homens e mulheres de chegarem aos seus ambientes de trabalho. Tal visão levava a população a, inclusive, consentir a repressão do aparelho coercitivo do Estado, já que os próprios manifestantes incitariam e iniciariam a violência na maioria desses atos. Como se verá, tais valores, que compunham parte da hegemonia burguesa em nosso país, ruíram em poucos e acelerados dias, e fez-se necessário redesenhá-los.

Porém, para a compreensão de seu redesenho, importa também resgatarmos a categoria ideologia, desvelada em longa e precisa passagem de Chauí (2000, p. 3-4):

[...] a ideologia não é apenas a representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes, como não é apenas a inversão imaginária do processo histórico na qual as ideias ocupariam o lugar dos agentes históricos reais. A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o *aparecer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e a agir. A sistematicidade e a coerência ideológica nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser, e, destarte, engendrar uma lógica da identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido. Em outras palavras a coerência ideológica não é obtida malgrado as lacunas, mas, pelo contrário, graças a elas. Porque jamais poderá dizer tudo até o fim, a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado.

Parte-se dessas duas categorias para a reflexão sobre as Jornadas de Junho. Como se verá, aqueles valores, aceitos e incorporados pelas classes subalternas, foram colocados em xeque. Apenas lacunas, sujeitos e termos ausentes poderiam garantir a sua sobrevivência. A velocidade e a rapidez dos fatos e da comunicação, ao invés de negar tais categorias e superá-las, ao contrário, representavam a possibilidade de o discurso ideológico passar-se ainda mais facilmente como não ideológico.

3. DA HISTORIOGRAFIA DOS ATOS

Analisando os atos a partir de uma perspectiva totalizante, é possível dizer que o movimento teve três fases: o período da criminalização, o da cooptação e o do esvaziamento. Tudo isso em um curto período, numa disputa de hegemonia em que o discurso ideológico fora necessário para mudar o decorrer da história. Para a compreensão destas alterações e adaptações, as Jornadas serão recortadas em três fases: a primeira, a da criminalização; a segunda, a da cooptação; e a terceira, a do esvaziamento. O foco, todavia, estará posto na transição entre a primeira e a segunda fases, por ser o momento em que a disputa em torno do sentido dos atos aflora com mais vigor.

3.1. A FASE DA CRIMINALIZAÇÃO

Em seis de junho ocorreu o primeiro ato contra o reajuste das passagens em São Paulo. Um ato, ressalte-se, que fora convocado pelo Movimento Passe Livre e outras entidades (inclusive, entre elas, juventudes partidárias de esquerda).³ Na realidade, há anos que as capitais brasileiras têm sido sacudidas por mobilizações contra reajustes de passagens. Em Natal (RN), por exemplo, elas ocorrem desde a década de 1990, sendo que em 2012 tomou uma forma organizativa própria, denominada “Revolta do Busão”, agregando anarquistas, militantes de juventudes partidárias, estudantes, entre outros que, em assembleias, decidem o futuro do movimento. Tais atos representam a busca nas ruas da retomada da esfera pública, da política e do debate que se “privatizou” ao longo das últimas décadas, apesar de se tratar de uma concessão do Município: o sentido do transporte público e a abertura de sua planilha de custos. Todavia, a grande mídia empresarial sempre retratou os referidos atos como “transtorno”, “baderna”, entre outros termos; impedindo assim, qualquer possibilidade de debate público quanto ao transporte e à mobilidade urbana. Tanto que até hoje ninguém nunca viu uma tabela (desvirtuada ou não) que apontasse os custos do deslocamento intraurbano.

Ao primeiro ato seguiram-se outros, imediatamente. Os primeiros atos levaram às ruas entre duas e dez mil pessoas, com ações isoladas de depredação, condenadas veementemente pela grande mídia empresarial. Tal postura mobilizou, também, setores conservadores, que se expressavam e incitavam à violência de maneira completamente aberta e despreocupada:

Estou há 2 horas tentando voltar para casa, mas tem um bando de bugios revoltados parando a avenida Faria Lima e a Marginal Pinheiros. Por favor, alguém poderia avisar a Tropa de Choque que essa região faz parte do meu Tribunal do Júri e que se eles matarem esses filhos da puta eu arquivarei o inquérito policial. Petista de merda. Filhos da puta. Vão fazer protesto na puta que os pariu [...] que saudades da época em que esse tipo de coisa era resolvida com borrachada nas costas dos medras [...] (AS DECLARAÇÕES [...] 2013, s.p.).

³ A comprovação de tal afirmação pode ser realizada nos próprios sítios da grande mídia empresarial em reportagens deste período, como no editorial do Estadão, do dia 13 de junho. Tal cobertura confronta-se com o que se seguiu nas semanas subsequentes, quando a mobilização para os atos é tratada como algo independente de entidades (principalmente partidárias e de representação de classe e grupos).

Após uma semana de atos e o aumento do volume destes, a grande mídia empresarial passou a incidir de maneira articulada para criminalizar e deslegitimar o movimento. Outra não poderia ser a conclusão ao analisarmos a linha editorial da mídia impressa e televisiva em menos de 24 horas, ao longo do dia 13 de junho. Ainda na madrugada, Arnaldo Jabor iniciara uma fala ríspida e agressiva, voltada a atrelar o movimento à violência:

Afinal, o que provoca um **ódio** tão **violento** contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de SP queimou dezenas de ônibus, não pode ser por vinte centavos ... Esses caras vivem num passado de ilusão, eles são a caricatura **violenta** da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui; realmente, esses **revoltosos** de classe média não valem nem vinte centavos (REVOLTOSOS [...] 2013, s.p. grifo nosso).

Assim como cada palavra deste texto é de uma externalização e posterior reflexão do autor, não era à toa que se associava “sutilmente” os manifestantes e “a velha esquerda” ao PCC. O crescimento dos atos e a sua persistência e constância requeriam uma reação, no campo da coercitividade, mas, também, em âmbito ideológico, para justificação daquela. Em paralelo à associação da violência ao movimento, era fundamental, também, mostrar que não havia pauta; que os vinte centavos estavam abaixo da inflação e que eram “revoltosos de classe média”, rebeldes sem causa, como o fez Jabor:

... No fundo, tudo é uma imensa ignorância política, é burrice, misturado a um **rancor** sem rumo; há talvez a influência da luta na Turquia, justa e importante contra um islamismo fanático; mas aqui, se vingam de que? Justamente, a causa deve ser a **ausência de causas**. Ninguém sabe mais por que lutar num país paralisado por uma disputa eleitoral para daqui há um ano e meio ... (REVOLTOSOS [...], 2013, s.p. grifo nosso).

Fazendo-se uma análise histórica dos atos, algo que impressiona é a completa omissão da grande mídia empresarial quanto à proposta de gratuidade nos transportes públicos e o seu histórico na cidade de São Paulo. Data de 1990 o projeto de lei que a então prefeita, do Partido dos Trabalhadores, Luiza Erundina, propôs ao legislativo municipal com fim de garantir a completa gratuidade no transporte público, mediante a majoração de tributos progressivos, tais como o IPTU:

Erundina enfrentou a máfia dos ônibus, e uma reação em cadeia provocada pelos grandes empresários da construção civil e dos lojistas. Movimentos contrários dos chamados bairros nobres, como Cidade Jardim, Higienópolis, Moema, pipocaram. Foi uma coisa medonha no nível da sociedade civil, e os empresários de ônibus se mancomunaram com a Câmara Municipal para impedir a aprovação do projeto (CHAUÍ, 2013b).

Tal projeto de lei fora completamente banido das linhas editoriais da grande mídia empresarial ao longo de junho; isso porque ele tocava no ponto nefrágico do sistema: era a prova cabal de que o senso comum – “todos os políticos são iguais”⁴ –, omite que as relações do Estado se

⁴ Percebe-se, de fundo, a inspiração liberal: o Estado existe para possibilitar a convivência harmoniosa e se encontra acima dos interesses de grupos e classes sociais, buscando dirimir os conflitos naturais à essência humana. O político profissional, portanto, mostra-se quase como alienígena imparcial à órbita mundana e, quando há desvios, seus atos destinam-se a atender os seus interesses meramente particulares e privados.

revelam como de poder, em que classes e grupos disputam o seu sentido. Dessa maneira, com esse discurso ideológico, preservavam-se os interesses econômico-empresariais, descredibilizava-se a esfera política e, ao mesmo tempo, retirava-se qualquer sentido das manifestações.

Ao amanhecer do dia 13, coincidindo com a incisiva opinião de Jabor, nas principais bancas de jornais da cidade, em uma tabelinha entrosada, estilo Romário-Bebeto, os dois maiores jornais do estado terminavam a construção da linha editorial que se pulverizava pelo país: a *Folha de S.Paulo* convocava a “Retomar a Paulista” e o *Estadão* declarava “Chegou a hora do basta”. O *Estadão* exigia a responsabilização de entidades e de partidos políticos que lideravam o movimento:

O reconhecimento por parte de dirigentes do MPL de que perderam o controle das manifestações, assim como a **diversidade dos grupos** que o compõem – **anarquistas**, **PSOL**, **PSTU** e **juventude do PT**,⁵ que têm em comum o radicalismo –, não atenuam a sua responsabilidade pelo fogo que atearam. Embora fragmentado, o movimento mantém sua força, porque cada grupo tem seus líderes, e eles já demonstraram sua capacidade de organização e mobilização. Sabem todos muito bem o que estão fazendo (CHEGOU[...], 2013. s.p. grifo nosso).

Exigia também, de maneira marota, que a Polícia Militar agisse com rigor e, pelo visto, deixou a mensagem de que seria conivente com a repetição de abusos praticados em atos anteriores:

... (que o governador) determine que a PM aja com o máximo rigor para conter a **fúria** dos manifestantes, antes que ela tome conta da cidade ... os manifestantes interromperam a circulação, paralisaram vasta área da cidade e **aterrorizaram** a população ... Em suma, foi mais um dia de cão, pior do que os outros, no qual a violência dos manifestantes assustou e prejudicou diretamente centenas de milhares de paulistanos que trabalham na Paulista e no centro e deixou **apreensivos** milhões de outros que assistiram pela televisão às cenas de depredação (CHEGOU..., 2013, s.p. grifo nossos).

Já a *Folha de S.Paulo*, em seu editorial, não abriu brechas para dúvidas quanto ao objetivo do movimento:

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 --abaixo da inflação, é útil assinalar-- não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens **predispostos à violência**⁶ por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados. Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: **transporte público de graça**. O irrealismo da bandeira já traz a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus? (RETOMAR [...], 2013, s.p. grifo nosso)

Dessa maneira, nas mídias empresariais televisivas e impressas, a linha editorial ora criminalizava o movimento e o vinculava à violência, ora deslegitimava as suas pautas, impedindo o

⁵ A mídia empresarial reconhecia, portanto, que os atos foram inicialmente puxados por organizações, entidades e partidos políticos de esquerda.

⁶ Alguns dos grifos destes editoriais refletem, novamente, o que foi toda a cobertura da mídia empresarial durante esta fase, em que o discurso ideológico de atrelar o movimento à violência era minuciosamente construído.

debate público sobre as reivindicações. A plataforma política, local, e que colocava em xeque não o Estado em si e a qualidade das políticas públicas, mas o lucro empresarial; o direito à cidade, à mobilidade urbana e à participação popular nas decisões que influenciam o cotidiano das pessoas, era preterido. Os atos constituíam-se, pois, na negação da autonomia da economia perante a política, perante a esfera pública. Era, portanto, negar o já afirmado por Wood, em sua crítica à democracia liberal, na qual o alcance da cidadania não toca a economia:

[...] uma vez que a democracia poderia ser confinada a uma esfera ‘política’ formalmente separada, enquanto a economia seguia regras próprias. Se já não era possível restringir o tamanho do corpo de cidadãos, o alcance da cidadania podia então ser fortemente limitado, mesmo sem a imposição de limites constitucionais (WOOD, 2011, p. 174-175).

Aquela linha editorial, de maneira articulada, varou o dia; no final da tarde, era a vez do apresentador do “Jornal” televisivo *Brasil Urgente*, José Luiz Datena (2013), esbravejar, atônito, ao notar que o resultado da enquete “você é a favor desse tipo de protesto” fora positivo. Adicionara, então, “baderna” ao texto da pergunta e perdeu novamente a votação.

Durante o anoitecer, a mídia de canal fechado insistia na mesma linha editorial ao transmitir, ao vivo, a manifestação. Ali, ainda sem saber o que realmente ocorria na cidade e sem uma compreensão totalizante do que se passava, já alertara que a cobertura midiática destoava completamente da realidade:⁷

Ao assistir à cobertura das manifestações como se fossem cenas de guerra ao longo desta noite, em canais fechados – já que isto não seria pauta importante para os canais abertos – imaginei que, caso não detivesse o poder da visão, estaria convicto de que os manifestantes estavam armados até os dentes. Nos dois canais de jornalismo se passou a impressão de manifestações descontroladas, desgovernadas, violentas e perigosas. Chegou-se a apoiar – timidamente, é verdade – o projeto de lei que busca enquadrar movimentos sociais na tipificação de terrorismo. Citaram que, frente à nossa ‘tradição pacífica, esses atos fogem e muito do nosso padrão de normalidade’ (VALENÇA, 2013, s.p.)

O que se seguiu ao longo da noite, entretanto, desmentiu tudo que se disse nas 24 horas anteriores. Uma brutal repressão policial, que não poupou nem os jornalistas,⁸ prendeu centenas de pessoas, deixou inúmeras gravemente feridas, prendeu um jornalista da *Carta Capital* por portar vinagre,⁹ e quase cegou uma repórter da *Folha de S.Paulo*, imagem que girou o mundo.

Se as redes sociais, ao contrário do que viria afirmar a grande mídia empresarial, não foram as responsáveis pelas mobilizações, neste momento, elas cumpriram um papel central. Inúmeras fotos, vídeos de celulares e relatos circularam incessantemente ao longo da madrugada. Sem

⁷ Nesta noite, eu estava desenvolvendo um projeto e me senti profundamente angustiado ao ouvir a cobertura midiática que adentrava do outro cômodo da casa, semelhante a um torcedor que acompanha o jogo mediante transmissão a rádio. Ao correr para o outro quarto, me senti no estádio.

⁸ Foram nove os jornalistas atingidos e, pelo vídeo, vê-se que a ação repressiva foi deliberada e naturalizada, como em um campo de guerra (REPÓRTER..., 2013b).

⁹ O jornalista Piero Locatelli foi detido por portar vinagre logo no início do ato, junto com dezenas de militantes (REPÓRTER..., 2013a).

esse material, dificilmente haveria a publicização de tantos atos à margem da lei, e consequentemente, a necessidade de alteração urgente da linha editorial.

O consenso produzido ao longo da década de neoliberalismo de governo federal tucano, fundado na crença de um teor “antidemocrático”, agressor do “direito de ir e vir”, “baderneiro” e “vândalo” de atos e protestos de rua; no esvaziamento da esfera pública e na pretensão da mídia de deter o monopólio do espaço público, de fazer a pauta pública e dirigir o país como se não fossem empresas privadas (CHAUÍ, 2013a), ruiu em uma semana.

Esse consenso, que é parte central da hegemonia das classes dirigentes brasileiras, ao ser posto em xeque, levou a novos discursos ideológicos e a toda uma trama de omissões e de lacunas propositalmente articuladas, com vistas a disputar o sentido dos atos que viriam. Manter a linha editorial anterior levaria a grande mídia empresarial à perda completa de legitimidade, poderia colocar o governo aliado – do estado de São Paulo – em apuros e, principalmente, restariam brechas para que o debate que iniciou as mobilizações adentrasse na esfera pública e permeasse os corações e as mentes: a repressão policial se deu para proteger o lucro empresarial e impedir o transporte público realmente público: gratuito.

Por fim, para completar o contexto desta fase, importa ainda ressaltar a demora do prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad (PT), em anunciar a revogação do reajuste, o silêncio da presidenta da República e a anterior disponibilização por parte do Ministro da Justiça, Eduardo Cardoso, das Forças Nacionais para atuar nos conflitos. Tais elementos facilitariam a nacionalização do conflito e o estímulo ao sentimento do “é tudo igual, estamos contra tudo”.

Ali, encerrava-se a fase da criminalização.

3.2. A FASE DA COOPTAÇÃO

No dia seguinte, o MPL convocou novo ato, agora sob outra cobertura midiática: a repressão denunciada nas redes sociais levou a grande mídia empresarial a recuar. Dessa vez, o ato reuniu dezenas (ou centenas, a depender da fonte informativa) de milhares de pessoas, e, também, estouraram manifestações em todo o país. Até o fim de semana, não pararam de acontecer atos em solidariedade aos manifestantes de São Paulo, pela revogação dos reajustes de passagens e pelo passe livre, inclusive nos interiores dos estados.

O apoio popular “já deixara claro que o bloqueio à política – não o da polícia – havia, de algum modo, sido rompido” (VIANA, 2013, p. 56). Fazia-se premente a reestruturação do discurso da mídia e de sua legitimidade.

A partir daí, o tom seria de apoio irrestrito às manifestações, de um lado e, de outro, mostrar que elas não eram por apenas vinte centavos. Quanto ao primeiro aspecto, a inversão ideológica que perdurara por décadas – pela qual pequenos grupos que se excediam em manifestações de rua acabavam por caracterizá-las por completo – viu-se desfeita: a partir daquele momento os atos eram em si pacíficos e, pequenos grupos, sempre ao final deles, cometiam excessos injustificados. Em paralelo, os partidos de esquerda, aqueles que eram responsabilizados pela “baderna” dos

primeiros atos, agora, seriam oportunistas. Teriam eles chegado após o “gigante acordar!”, para dele se apropriar e se beneficiar? Uma linha editorial de caráter cirúrgico, tênue e subliminar, passou a associar os grupos, as entidades e os partidos à violência nos atos. Manifestantes, pacíficos, diziam que não os queriam, nem os seus símbolos e nem as suas bandeiras. Essa cobertura da mídia, meticulosa, selecionava imagens e episódios e, assim, encobria não apenas a história e o sentido dos atos, mas também a organização de setores de extrema direita e a extrema violência contra manifestantes de esquerda que apenas externalizavam suas preferências políticas. É nesse sentido que se deu a cobertura, por exemplo, da expulsão de uma dupla de militantes do PCR do ato na Praça da Sé, em São Paulo (PCR [...], 2013).

Os atos, então, eram do “brasileiro”, do “cidadão”, do “povo”. E Jabor, “arrependido”, pediu desculpas, não para reconhecer os equívocos de sua exposição anterior, mas para usurpar o protagonismo dos atos e a sua plataforma política:

À primeira vista esse movimento parecia uma pequena provocação inútil que muitos criticaram erradamente, inclusive eu ... Entre nós, quase tudo acabava ou em pizza ou em paralisia entre os três poderes; o Brasil parecia desabitado politicamente; de repente reapareceu o **povo**; de repente o Brasil virou um mar; uma juventude que estava calada desde 1992, uma juventude que nascia quando Collor caía, acordou, abriram os olhos e viram que temos democracia; mas uma República inoperante. Os jovens acordaram porque ninguém aguenta mais ver a República paralisada por interesses **partidários** ou **privados** ... (“EU ERREI” [...], 2013, s.p. grifo nosso).

Na TV, Jabor retira de cena os protagonistas do processo, e evoca “o povo” como um conjunto de indivíduos que poderiam fazer surgir a vontade geral. Já no rádio, inicia-se o processo de conformação do que seria essa vontade geral.

Mas a partir de quinta-feira, com a violência maior da polícia ficou claro que o movimento passe livre expressava uma inquietação que tardara muito no país, pois desde 92 faltava o retorno de algo como os caras pintadas, os jovens que derrubaram um presidente. Hoje eu acho que o MPL expandiu-se como força original, até mais rico que os caras-pintadas, por não terem um rumo, um objetivo certo, *a priori*. [...] Não vivemos de acontecimentos, mas só de incertezas ... tudo está parado e essa oportunidade não pode ser perdida. De um fato pequeno pode sair muita coisa, muito crime pode estar escondido atrás de uma bobagem. Os fatos concretos são valiosos, exemplo, não basta lutar genericamente contra a corrupção, há que se deter em fatos singulares e exemplares como, por exemplo, a terrível ameaça da PEC 37 que será votada em uma semana na Câmara dos Deputados e que acaba, na prática com o Ministério Público e que pode reverter as punições do mensalão, podem acabar até com o processo da morte do prefeito Celso Daniel [...] (“EU ERREI” [...], 2013).

Assim, o ato convocado pelo MPL da segunda-feira foi noticiado pela Globo como sendo ato contra o aumento das tarifas e o “custo de vida”. Estava, pois, feita a ligação para a tentativa de apropriação das mobilizações para uma plataforma conservadora, de programa aberto, nacional e antigoverno Dilma. Não era mais por apenas vinte centavos. Menos ainda pelo fim do lucro empresarial e implementação do transporte público gratuito como direito à cidade e à mobilidade urbana – proposta de refundação de cidades sustentáveis. Nem por uma democracia real e superação do modelo democrático liberal-representativo. Era contra a corrupção. Contra

o mensalão. Contra a PEC 37. Contra a Copa e os megaeventos.¹⁰ Em poucos dias, construiu-se um novo consenso: participar dos atos era uma demonstração de patriotismo, de felicidade, que deveria envolver toda a família.

Some-se a isso a ação desastrosa do prefeito de São Paulo de revogar os reajustes ao lado do governador do estado, abrindo margem para reforçar, novamente, o discurso de que “é tudo igual”.

A esquerda brasileira, desnorteada, não compreendeu a rápida mudança de conjuntura política. O presidente do Partido dos Trabalhadores, Rui Falcão, em desastrosa nota, convocou a militância para o ato do dia 20, como se esta nunca tivesse ido às ruas em defesa do passe livre; os partidos que se situam no campo de oposição de esquerda ao governo, preocupavam-se apenas em tecer justas críticas a Haddad e a Dilma. As centrais e outros movimentos sociais demoraram para perceber que pairava no ar um clima antiorganização popular, contra o conteúdo das bandeiras vermelhas.

E, então, no dia 20 de junho, milhões de brasileiros foram às ruas. Provavelmente, desde 1964, fora a primeira vez que empregadores dispensaram formalmente seus trabalhadores de suas jornadas de trabalho. A rede *Globo* suspendeu a sua programação oficial e de telenovela para dar cobertura completa de quando o “Gigante Acordou”.

De maneira persistente, a agressão de grupos neofascistas e desavisados aos militantes de esquerda fora escamoteada. Em São Paulo, militantes foram expulsos do ato; em Natal, além de expulsos, entre os militantes, o presidente do PSTU teve de ser hospitalizado e um dos filia-dos históricos do PT no estado, ex-presos político e vítima de tortura durante a ditadura militar, também foi fortemente agredido; no Rio de Janeiro, militantes foram violentamente agredidos até terem suas bandeiras e camisas rasgadas, o que demonstra que, para além da não participação, também se buscava rasgar os símbolos e os seus significados. Resgatou-se, pois, algo que Chauí considera cotidiano na sociedade brasileira:

[...] a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais (CHAUÍ, 2006, p. 7-8).

Como afirma Secco (2013, p. 74), “é preciso lembrar que a taxa de apartidarismo por parte da população sempre foi alta no Brasil, uma vez que os partidos burgueses e as instituições representativas nunca vicejaram entre nós”. Acrescente-se, ademais, a ação da mídia nestes últimos anos contra a política, visando torná-la “por essência corrupta, os partidos e a política” (CHAUÍ, 2013a, p. 11). Todavia, a rápida e precisa produção do discurso ideológico, omitindo diversos fatos e elementos, com vistas a manter a hegemonia das classes dirigentes, cumulado com os

¹⁰ Havia desde antes do início dos atos pelo passe livre mobilizações contra as violações de direitos humanos – especialmente de moradia – decorrentes da Copa, grandes obras e megaeventos. Todavia, é somente a partir deste momento que tais demandas são aceitas e publicizadas pela grande mídia empresarial, bem como recepcionadas por pessoas não organizadas, que não estavam desde o início em diálogo com aquelas questões.

equívocos das lideranças de esquerda, é que possibilitou a ascensão do sentimento antipartidário e antiorganização e a tomada dos atos para outra direção.

Superavam-se, pois, os seus elementos iniciais – a luta política se instaurara, inicialmente, com claro componente de classe ao ser contra o reajuste, mas também em defesa da gratuidade do transporte público, e organizada por entidades e agremiações de esquerda. Em seu lugar, os atos transformaram-se em manifestação de civismo, de um patriotismo de brasileiros que exigiam melhores serviços públicos, que criticavam os gastos com a Copa e a corrupção generalizada; resumindo, que simbolizavam o “acordar do gigante”. E, por ser antes de tudo a expressão do descontentamento em relação a qualquer assunto,¹¹ por conseguinte esse percurso representara a ponte entre o início dos atos e a crítica à presidenta da República.

A melhor síntese deste cenário encontra-se no depoimento de Dani Schwery, integrante da juventude do PSDB e ex-candidata a vereadora em São Paulo, que, ao ser questionada do porquê de ela ter resolvido ir justamente naquele momento para as manifestações de São Paulo, ela retruca:

Porque essa manifestação agora tá com cara de uma manifestação de brasileiro; são os brasileiros que estão protestando. O Brasil é verde e amarelo, o Brasil não é vermelho, o Brasil não é do PT. Então quando eu vi o pessoal lá se juntando prá ser até contra a depredação, falando: “não, não esse movimento não tem nada a ver com isso”; isso me animou. Ou ver então que o pessoal estava expulsando o pessoal do PSTU, PSOL, eu falei: ‘ah, isso é bacana’. Porque é esse tipo de coisa que tem que acabar, esse pessoal que tem mania de ficar organizando as minorias para incitar o ódio, a rivalidade. E tem interesses que são de bens sociais, coletivos, e acho que esse movimento mostrou isso, é o brasileiro recuperando a sua identidade. Isso é lindo, por que não vamos participar? Isso é muito bonito. Aqui tá cada um com sua motivação que não é só os 20 centavos e é bacana; e até porque, vamos falar a verdade, o Passe Livre óh, se...; eles tavam numa pegada de de repente ir prum ato meio comuna ... o Brasil é isso, é alegria, chegar num protesto com felicidade, com sorriso, sem protestar ... o pessoal do Passe Livre não emplacou, o movimento foi maior que eles, maior que o interesse deles. Eu vi que o pessoal no Facebook, nas redes sociais e aqui, não tava exatamente criticando que o transporte seja cobrado, mas é o como, como fazer ... (DANI..., 2013).

O depoimento de Dani Schwery extravasa – diga-se de passagem, por pura ingenuidade – o intuito de setores das classes dirigentes brasileiras que, de maneira articulada, ressignificaram a liderança e o conteúdo das Jornadas de Junho. Os partidos e organizações de esquerda foram repelidos; em seus lugares entraram os brasileiros, felizes e despidos de quaisquer conflitos, classes e grupos historicamente desprivilegiados frente a outros. A pauta do passe livre e direito à mobilidade urbana, ressignificada para a pauta dos *serviços* de transporte público. O problema revelava-se como gnosiológico e não ontológico – localizava-se no *como* e não na *essência*: era algo gerencial e de qualidade de serviços públicos, e não de modelo de sociedade e urbanização.

Por mais que tivessem que noticiar a sublevação popular a partir de helicópteros, prédios, repórteres desconhecidos e sem identificação nos microfones e roupas; por mais que tivessem os seus carros e as suas sedes atacadas nos atos que se seguiram, a grande mídia empresarial (e as classes dirigentes) conquistou, ali, razoavelmente, o sentido dos atos. Parcelas significativas

¹¹ Durante o ato em João Pessoa, por exemplo, presenciei desde manifestações contra Feliciano e pelos direitos LGBTTs a dois cartazes, em momentos distintos do trajeto, com os dizeres “Só Jesus Salva”.

dos próprios manifestantes o incorporaram; entidades e organizações de esquerda, mesmo que parcialmente, também.¹² A mídia internacional seguiu o mesmo caminho; tanto que até a rede de comunicação não empresarial *Telesur* atribuiu a queda da popularidade da presidenta aos protestos por “mejores servicios públicos, contra la corrupción y el millonario gasto público en los estadios para el Mundial de fútbol de 2014” (DILMA..., 2013). Encerrara-se, pois, a segunda fase.

3.3. A FASE DO Esvaziamento

Após o dia 20 de junho, seguiram-se ainda inúmeros atos, porém, com proporções bem inferiores às registradas naquele dia:

Figura 1 – Quantas pessoas foram às ruas

Quantas pessoas foram às ruas

G1 passou a fazer a estimativa do número de manifestantes a partir de 17/6*



*A série de protestos em junho começou como reação ao aumento das tarifas de ônibus, metrô e trem em São Paulo e Rio no início do mês
Fonte: PM, Brigada Militar, Polícia Rodoviária Federal, Datafolha, COPPE-UFRJ e NiTrans

Fonte: G1 – O portal de notícias da Globo, disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>. Acesso em: 14 jun. 2013

A presente pesquisa não se propõe a esmiuçar o que levou à redução na intensidade dos atos. Todavia, alguns elementos podem ser levantados para fins de posterior investigação:

A) Cansaço natural dos atos e conquistas econômicas

É humanamente inviável a manutenção de mobilizações de massa por muito tempo, seja em função de questões objetivas – disponibilidade de tempo, prejuízos no emprego, na educação, entre outros –, seja em decorrência de motivações subjetivas – exposição psíquica a constantes momentos de tensão e imprevisibilidade. Ademais, houvera a revogação do aumento das passagens em mais de 100 municípios e, a esta altura, a ideia Passe Livre estava razoavelmente distante do imaginário da maioria das pessoas. Dessa maneira, em algum momento, haveria o decréscimo dos atos, sendo que, de outro lado, permanecem abertas as portas para futuras mobilizações (veja-se o caso da Primavera Árabe).

¹² Remeto o leitor à análise de Arielli Moreira, da Anel, disponível no início do presente artigo.

B) Resposta do Governo Federal

Não se pretende, aqui, adentrar profundamente no mérito do pacto de cinco pontos proposto pelo Governo Federal. Apesar de fortes limitações,¹³ entretanto, a proposição de reforma política, mediante um plebiscito popular, pela primeira vez desde 2003 demonstrou a disposição do governo central para uma reforma estrutural. E, inclusive, fez com que todas as atenções e artilharias fossem deslocadas para a reforma. Partindo-se de concordâncias ou não para com as ações do Governo, é notável como a postura proativa incomodou e desnortou os setores que agiram de maneira estratégica ao longo do mês de junho. Dar centralidade à reforma política era dizer em alto e bom som: “*vocês insistem em corrupção, mas não apresentam o caminho para superá-las; eis aí uma via*”. Por isto, a linha editorial, a partir daqui, da grande mídia empresarial, volta-se ao institucional e, cada vez mais, se reafirma, de maneira direta¹⁴ ou velada, que decisões complexas competem aos técnicos, à burocracia, e não à participação popular.

C) A possibilidade de unidade nas esquerdas

Após o ocorrido em 20 de junho, os diversos setores e tendências que compõem o campo da esquerda saíram em busca de unidade. Na realidade, para além de disputar o sentido dos atos, pairava certo temor quanto às diversas manifestações fascistas que se revelaram no dia 20 de junho, e a – remota ou não – possibilidade de quebra da institucionalidade.

Figura 2 – O Gigante Acordou



Fonte: Foto tirada pelo próprio autor, a partir do livro de Matias (1964)

Não demorou para que se apercebesse que os elementos do patriotismo e do civismo, aliados à crítica genérica e diluída e à centralidade da temática da corrupção, constituíam cenário

¹³ Note-se o quão delicada foi a defesa de tipificação do crime de corrupção enquanto crime hediondo, num contexto de plataforma de esquerda ou centro-esquerda.

¹⁴ A revista semanal *Veja* chegou a não apenas ridicularizar a proposta de plebiscito, mas, também, a insinuar que beneficiários de programas de transferência de renda deveriam perder o direito ao sufrágio, em sua edição de 10 de julho.

que recordava o ano de 1964. Descobriu-se, inclusive, que o *slogan* “O gigante acordou”, embalara milhares de brasileiros de setores médios conservadores naquele ano.

Perante este contexto, tirou-se uma agenda de mobilizações unificadas das esquerdas, bem como plataformas comuns fundadas em mudanças estruturais. Intelectuais dos campos liberal e conservador brasileiro alertaram, então, sobre os riscos de, por um lado, levar-se à unificação de setores de esquerda (AZEVEDO, 2013)¹⁵ e, de outro, da possibilidade de ações mais concretas do Governo Federal quebrando-se a coalizão de classes e partindo-se para proposições de reformas estruturantes com vistas à sobrevivência política.¹⁶ Dessa maneira, houve um processo de tentativa de desmobilização social, sendo que os atos voltaram a ser coordenados e puxados por entidades sindicais, partidos de esquerda e movimentos sociais.

Como dito anteriormente, tais perspectivas apenas apontam algumas possibilidades para uma pesquisa aprofundada. Provavelmente, as três façam parte das respostas, bem como outras se adicionem. Todavia, o que não deixa dúvidas, é que aquele ideário de ato construído pelas classes dirigentes brasileiras, com seu cume no dia 20 de junho, foi cada vez mais abandonado e voltou a ceder espaço para as construções simbólicas que prevaleceram ao longo das nossas últimas décadas. A violência, os transtornos, cada vez mais voltaram à centralidade da agenda política e à “análise” das manifestações pela mídia empresarial; assim como a própria agenda institucional, onde deveria se concentrar, para aquela, todo o debate da esfera pública.¹⁷

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Jornadas de Junho entraram para a história do país. Elas reverteram reajustes do transporte público em mais de cem municípios e, provavelmente, serão tenebrosas lembranças quando os líderes dos poderes públicos municipais refletirem sobre novas majorações. Não se pode negar o feito de terem levado às ruas mais de um milhão de brasileiros, em sucessivos atos e explosões populares. Todavia, seus elementos e resultados não apontam para o fim das organizações e das militâncias tradicionais de esquerda nem para o fim das análises totalizantes em prol de novas formas de ação social e pluralidade de sentidos. Tal proposição representa, em verdade, a corrupção da significação inicial dos atos em prol da manutenção do *status quo* e da perda da pujança combativa dos próprios atos. Não se quer, aqui, negar que as Jornadas foram algo distinto e novo em relação ao que vivenciávamos em termos de ação política. E que, nesse sentido, tanto a *web*

¹⁵ Inclusive com uma inflexão do PT para a esquerda; ver artigo de Reinaldo Azevedo, em que ele afirma que “os liberais do miolo mole coloquem o burro na sombra: o movimento que está nas ruas provocará uma reciclagem do PT pela esquerda, poderá tornar o resultado das urnas ainda mais inóspito para a democracia e para a racionalidade e tentará deixar o país à mercê de grupelhos organizados”.

¹⁶ Aqui já era sentida a queda brusca da popularidade da presidenta, em contexto que relembra o momento da crise do “mensalão”: desgaste do governo, até quase se propor o *impeachment* e posterior mobilização das esquerdas com recuo conservador.

¹⁷ Isso aparece de maneira mais clara quando, ao se propor a reforma política, inúmeros são os editoriais, tal como o da revista *Veja*, que coloca a impossibilidade de questões técnicas serem decididas por cidadãos comuns e, diga-se de passagem, desqualificados para a decisão política.

enquanto instrumento de mobilização quanto à perda do poder de direção no decorrer dos atos, saltou aos nossos olhos. Isso, entretanto, não pode ser descolado da materialidade, idealizado, com fins de transformar a *web* no espaço contestatário e mobilizatório, bem como a perda de direção política como o anunciar das mobilizações que virão neste século XXI e o caducar das do século XX e as suas organizações. Tal idealização atende, em verdade, a interesses do *status quo* na luta política, justamente por levarem à minimização da plataforma política e da capacidade contestatória enquanto classes trabalhadoras.

As Jornadas revelam-se alinhadas às categorias *hegemonia* e *ideologia*. Partindo delas, foi possível demonstrar o momento e as razões que levaram atos que já apresentavam solidez a uma dimensão completamente inesperada. Dissecou-se, também, como uma plataforma política de perspectiva de esquerda e de classe – principalmente no tocante ao passe livre – transformou-se em poucos dias em algo fluido e voltado à instabilidade do governo federal, em favor de setores dominantes. Aqui, novamente o marxismo revela-se atual, uma revolta popular contra o reajuste que, como todas as ações governamentais de caráter impopular não passara por uma esfera pública; com seu ápice devido à extrema violência policial e à manipulação dos grandes meios empresariais de comunicação, teria grandes chances de canalização da insatisfação para reformas estruturais vinculadas a estes aspectos: mobilidade urbana como direito humano – e concretização do passe livre –, ressignificação do papel das forças coercitivas do Estado, reconfiguração do modelo democrático a partir da participação popular e da comunicação como direito humano.

Ocorre que, se as explosões populares com frequência se dão de maneira espontânea, como já relatava Luxemburgo (1979), e não compete às direções políticas determinar a seu bel prazer tal momento, faz-se necessário que aquelas percebam os elementos constitutivos dos conflitos, as alterações de conjuntura, e confirmem a esses elementos, a partir de uma perspectiva totalizante, uma politicidade à demanda imediata que levou à sublevação inicial. Ao invés de proclamar a obsolescência e a dispensabilidade dos partidos, as Jornadas revelaram a importância da organização partidária (LÊNIN, 1979), que detenha acúmulo teórico, práxis política, política de comunicação, extrema organicidade, que venham a possibilitar o enfrentamento dos novos contextos de lutas de classes e das disputas de hegemonias.

Milhares dos jovens que protestaram em junho desconhecem o antigo projeto de transporte gratuito da prefeitura de São Paulo da década de 90, desconhecem o debate sobre o direito à cidade; conhecem, ao invés disso, a explosão social que aflora numa metrópole brasileira. Àqueles elementos os ligam a anos de militância e de participação política. No entanto, apenas conseguem sobreviver em nossas realidades urbanas. O discurso ideológico antiorganização representava a exclusão destas, mas, também, a possibilidade de alteração conservadora da pauta política dos atos e a impossibilidade de seu aprofundamento para questões estruturantes da realidade brasileira.

As esquerdas brasileiras, tendo acumulado razoável déficit organizativo nesta última década, viram-se, pois, surpreendidas pela dialética e pela disputa de hegemonia.

REFERÊNCIAS

AS DECLARAÇÕES do Sr. Promotor de Justiça Rogério Zagallo. Brasil de Fato. São Paulo, 17 jun. 2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/13258>. Acesso em: 18 jun. 2013.

AZEVEDO, R. **Os liberais do miolo mole coloquem o burro na sombra:** movimento que está nas ruas provocará uma reciclagem do PT pela esquerda, poderá tornar o resultado das urnas ainda mais inóspito para a democracia e a racionalidade e tentará deixar o país à mercê de grupelhos organizados. E a nota asquerosa do PT. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/os-liberais-do-miolo-mole-coloquem-o-burro-na-sombra-movimento-que-esta-nas-ruas-provocara-uma-reciclagem-do-pt-pela-esquerda-podera-tornar-o-resultado-das-urnas-ainda-mais-inospito-para-a-democracia/>. Acesso em: 23 jun. 2013.

BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, E. *et al.* **Cidades Rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CHAUÍ, M. **Brasil:** Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, M. A revolta urbana. São Paulo, **Revista Caros Amigos**, Ano XVII, n° 197/2013, p. 10-14. Entrevista concedida a Aray Nabuco, Frédi Vasconcelos, Lilian Primi e Wagner Nabuco, 2013a.

CHAUÍ, M. **Exclusivo:** Marilena Chauí pede que Haddad quebre o cartel dos empresários de ônibus. São Paulo, Rede Brasil Atual, 2013b. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/e-preciso-quebrar-o-oligopolio-dos-empresarios-de-onibus-em-sp-diz-marilena-chau-i-8389.html>. Acesso em: 20 jun. 2013b.

DANI Schwery no protesto. 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=KmytCM1le7M>. Acesso em: 25 jun. 2013.

DATENA e enquete sobre protestos. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>. Acesso em: 25 jun. 2013.

DILMA Rousseff aumenta popularidade perdida tras protestas sociais. Telesur, 10 set 2013. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/articulos/2013/09/10/presidenta-de-brasil-aumenta-popularidad-perdida-tras-protestas-sociales-d-ejunio-5716.html>. Acesso em: 12 set. 2013.

CHEGOU a hora do basta Editorial. **O Estado de S.Paulo**. São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,chegou-a-hora-do-basta-,1041814,0.htm>. Acesso em: 13 jun. 2013.

RETOMAR a Paulista Editorial. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>. Acesso em: 13 jun. 2013.

“EU ERREI” diz Arnaldo Jabor. 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=DleWPclxF00>. Acesso em: 25 jun. 2013a.

“EU ERREI” é muito mais que vinte centavos. 2013. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=I15sc85hO-g>. acesso em: 25 de jun. de 2013b.

LÊNIN, V. I. **O QUE FAZER:** As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1979.

LUXEMBURGO, R. **Greve de massas, partido e sindicatos**. São Paulo: Kairós, 1979.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! *In:* MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

MATIAS, R. **MARCHA DA FAMÍLIA:** com Deus pela liberdade – Um ato de fé numa hora de trevas. São Paulo: Tietê, 1964.

CARVALHO, M. A tarefa é fortalecer as lutas sociais. São Paulo, **Revista Caros Amigos**, Ano XVII, nº 196/2013, p. 32-36. Entrevista concedida a Aray Nabuco, Frédi Vasconcelos, Rafael Zanvettor e Wagner Nabuco.

MOREIRA, A. A tarefa é fortalecer as lutas sociais. São Paulo, **Revista Caros Amigos**, Ano XVII, nº 196/2013, p. 32-36. Entrevista concedida a Aray Nabuco, Frédi Vasconcelos, Rafael Zanvettor e Wagner Nabuco.

NETTO, J. P.; CARVALHO, M. do C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, É. de. A tarefa é fortalecer as lutas sociais. São Paulo, **Revista Caros Amigos**, Ano XVII, nº 196/2013, p. 32-36. Entrevista concedida a Aray Nabuco, Frédi Vasconcelos, Rafael Zanvettor e Wagner Nabuco.

PCR é expulso da Praça da Sé. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=0cG1q4T3CYk&feature=youtu.be>. Acesso em: 25 jun. 2013.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REPÓRTER da Carta Capital é detido por portar vinagre. 2013a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5w1fxiXxdbw>. Acesso em: 15 jun. 2013.

REPÓRTER é atingida por bala durante protesto. 2013b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a-6gjEufJ1s>. Acesso em: 15 jun. 2013.

REVOLTOSOS de classe média não valem vinte centavos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IyiQH4QAbuQ>. Acesso em: 25 jun. 2013.

SADER, E. **Gramsci: poder, política e partido**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SECCO, L. As Jornadas de Junho. *In*: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

VALENÇA, D. A. **Quando os discursos se desmancham no ar.** De Olho no Discurso, Natal, 14 de junho 2013. Disponível em: <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2013/06/quando-os-discursos-se-desmancham-no-ar.html>. Acesso em: 14 jun. 2013.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. *In*: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? *In*: MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** 2. ed. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 2001.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo.** A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.